



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

UM ESTUDO SOBRE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): O CASO DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ZONA DA PRODUÇÃO (AMZOP)

LORIMAR FRANCISCO MUNARETTO

Universidade de São Paulo
franciscomunaretto@gmail.com

JULIANA DE FATIMA DA SILVA

Universidade Federal de Santa Maria
julianafatsil@hotmail.com

PAULO HENRIQUE VIANNA

Universidade Federal de Santa Maria
paulo.vianna@ufsm.br

JEFFERSON ALVES DA COSTA JUNIOR

Universidade Federal de Santa Maria - RS
dr.jeffersonjunior@gmail.com

UM ESTUDO SOBRE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): O CASO DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ZONA DA PRODUÇÃO (AMZOP)

Resumo: O estudo teve por objetivo verificar e descrever a situação dos municípios de abrangência da AMZOP, em relação às famílias inscritas no cadastro único para programas sociais do governo federal (CADÚNICO) e beneficiários no recebimento do programa bolsa família (PBF). Trata-se de um estudo que possui uma abordagem metodológica do tipo quanti-qualitativa e quanto aos objetivos a pesquisa é do tipo descritiva. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas com os responsáveis do Centro de Referência de Assistência Social dos 42 (quarenta e dois) municípios que integram a AMZOP. Os resultados indicam que 17,79% dos inscritos no CADÚNICO, possuem renda de até R\$ 77,00 por mês, o qual fica dentro de uma faixa de renda definida como de pobreza e extrema pobreza. Em relação ao PBF, os resultados indicam que em 20 municípios sua população apresenta dependência, acima da média nacional de 21,64%. Estes municípios apresentam o número de beneficiários do PBF, que variam entre 21,65% a 32,96% de sua população. O município de Jaboticaba é o que possui o maior número de famílias dependentes no recebimento do PBF. São 507 famílias. Já o município de Barra Funda é o município que possui apenas 13 famílias.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família (PBF), Municípios, AMZOP.

A STUDY ON FAMILY (PBF) SCHOLARSHIP PROGRAM: THE CASE OF MUNICIPALITIES THAT PART OF ASSOCIATION OF MUNICIPALITIES OF PRODUCTION AREA (AMZOP)

Abstract: The study aimed to verify and describe the situation of coverage of municipalities in AMZOP, for families enrolled in the single register for social programs from the federal government (CADÚNICO) and beneficiaries in receipt of family allowance program (PBF). It is a study that has a methodological approach of quantitative and qualitative type and about the research goals is the descriptive type. Primary data were obtained through interviews with members of the Social Assistance Reference Center of 42 (forty-two) municipalities of the AMZOP. The results indicate that 17.79% of respondents in CADÚNICO, have income of up to R \$ 77.00 per month, which is within a range defined as income poverty and extreme poverty. With regard to GMP, the results indicate that in 20 municipalities the population has addiction, above the national average of 21.64%. These municipalities have the number of BFP beneficiaries, ranging from 21.65% to 32.96% of its population. The Jaboticaba the municipality is the one with the highest number of families dependent on receipt of GMP. Are 507 families. But the municipality of Barra Funda is the municipality that has only 13 families.

Keywords: Bolsa Família Program (PBF), AMZOP.

1. Introdução

Historicamente os pequenos municípios, com predomínio econômico baseado no setor primário, buscam alternativas para modificar seus arranjos produtivos, tendo em vista a diversificação de atividades e maior agregação de valor.

A região de abrangência dos municípios da zona da produção, vinculados a associação dos municípios (AMZOP), é formada por pequenas propriedades rurais, com área média de 20 ha., e a obtenção de rendas decorrem primordialmente por meio de uma safra de soja, milho ou feijão. Este modelo de produção em pequenas propriedades rurais baseada na monocultura vem gradativamente perdendo espaço.

A produção de *commodities* agrícolas está associada a grandes propriedades rurais, pela capacidade (volume) de produção, o que no caso dos municípios em questão, não encontra respaldo, pois são caracterizados por pequenas propriedades rurais, muito em função do relevo dessas regiões serem em grande parte ondulado, com grande parte dos solos com afloramento de rochas basálticas.

A reduzida área de cultivo e a adoção da monocultura são fatores que afetam a inviabilização das pequenas propriedades rurais, tendo como consequência o abandono das famílias de suas propriedades rurais, passando a residir nas cidades sedes dos municípios ou em centros maiores.

Muitas das famílias rurais que persistem neste modelo e mesmo as que passam a residir nas cidades, em sua maioria ficam na dependência de programas sociais governamentais tendo em vista a sua fragilidade social, econômica, em situação de pobreza e extrema pobreza.

Neste contexto o Programa Bolsa Família (PBF), bem como demais programas operacionalizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), foram instituídos, com os objetivos de estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, bem como combater a pobreza (WEISSHEIMER, 2006).

O presente estudo tem por objetivo geral verificar e descrever a situação (posição) dos municípios de abrangência da AMZOP, em relação as famílias inscritas no cadastro único para programas sociais do governo federal (CADÚNICO) e beneficiários no recebimento do programa bolsa família (PBF).

Em termos específicos, busca-se: i) verificar a quantidade de famílias cadastradas no CADÚNICO de cada município da AMZOP, ii) identificar a quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), iii) demonstrar o montante de recursos financeiros transferidos ao PBF nos municípios, iv) demonstrar os municípios com maior concentração (número) de famílias em estado de vulnerabilidade social e v) apresentar a relação entre IDHM e com o número de famílias beneficiárias do PBF.

A AMZOP – Associação dos Municípios da Zona da Produção é constituída por 42 municípios, localizados na região norte e noroeste do Estado do RS. Estes municípios possuem sua vocação primordialmente voltada no setor primário em atividades realizadas em pequenas propriedades rurais de até 20 hectares, representando cerca de 70% da economia dos municípios.

2. Revisão teórica

Neste capítulo apresentam-se a revisão teórica do estudo. Inicia descrevendo as origens do programa PBF, na segunda seção apresenta os eixos e condicionalidades do PBF, após demonstra o montante de transferências do PBF por regiões e estados do Brasil e por fim os municípios que integram a AMZOP.

2.1 Origens do PBF

A política social no Brasil foi instituída como direito a partir da Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 que no art. 5º em seu primeiro capítulo assegura que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

O artigo 203, da CFB, estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Já o art. 204 da CFB estabelece sobre as ações governamentais na área da assistência social que serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

A partir do previsto na CFB, por meio da Lei Federal nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo de proporcionar em nível nacional a transferência de renda condicionada a famílias pobres e extremamente pobres.

No ano de 2010, o PBF estava implementado em 5.565 municípios brasileiros e no Distrito Federal desde o ano de 2006, tendo orçamento em torno de um bilhão de reais mensais atendendo a mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional (SILVA, 2010, p. 1).

De acordo com Thomé (2013, p.71-72), em 2013, o PBF atendia a cerca de 13,8 milhões de famílias, ou cerca de 50 milhões de pessoas (equivalendo a algo em torno de 27% da população brasileira); é o quarto maior programa social do país em pessoas assistidas, ficando atrás apenas dos beneficiários do Sistema Único de Saúde (SUS), da Educação e da Previdência Social. Em termos absolutos, é o programa mais amplo do mundo neste gênero.

Cunha (2009, p.331), explica que o PBF possui enquanto “[...] objetivo erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais [...]”.

O cadastramento dos beneficiários do PBF é realizado pelos órgãos municipais de assistência social, por meio de informações inseridas pelo município no CADÚNICO (agente operador), ficando a gerência do programa a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e as operações de pagamento sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal (LEMONS E RIBEIRO; 2012).

O Cadastro Único conhecido como CADÚNICO, foi criado em 2001, e regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 e coordenado pelo MDS, com o objetivo de ser utilizado para a seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal, entre os quais o PBF.

As informações do CADÚNICO podem também ser utilizadas pelos governos estaduais, federais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades, além de permitir que sejam realizados o monitoramento e a avaliação dos efeitos de tais programas na área de assistência social.

O CADÚNICO pode ser utilizado pelas famílias de baixa renda. São consideradas famílias de baixa renda, aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (*per capita*) ou renda mensal de até três salários mínimos. As famílias com renda mensal total superior três salários mínimos só devem ser cadastradas por demanda para programas específicos, como os programas de habitação e saneamento que utilizem os registros do Cadastro Único para a seleção das famílias (MDS, 2015).

De acordo com o MDS (2013), o cadastramento não significa a inclusão imediata no PBF Programa Bolsa Família. Não há prazo fixado para concessão do benefício do Programa Bolsa Família para as famílias cadastradas. Para começar a receber o benefício, a família precisa aguardar que o sistema analise as informações do Cadastro Único para verificar se tem perfil do programa e se o município não atingiu ainda sua meta, ou seja, se ainda há espaço para outras famílias pobres serem beneficiadas.

A ordem de concessão de benefício é a de renda, identificada pelos dados inseridos no sistema pelo setor responsável no município. O governo local efetuará a exclusão do cadastro da família da base local do Cadastro Único apenas e tão somente quando ocorrer:

- I) falecimento de toda a família;
- II) recusa da família em prestar informações; ou
- III) comprovação de omissão de informações ou prestação de informações falsas pela família e que caracteriza má fé.

Nos casos em que passado o período de dois anos, caso os cadastros não tenham sido atualizados ou revalidados, o governo local (município) poderá excluí-los se, no decorrer dos dois anos subsequentes a família não tiver sido encontrada para atualização ou revalidação do seu cadastro.

Nos casos relacionados aos itens II e III, a exclusão deverá ser realizada após a emissão de parecer social, elaborado e assinado por assistente social do governo local que ateste a ocorrência do motivo da exclusão. O documento elaborado, ou a cópia, será anexado ao formulário de cadastramento da família e arquivado (MDS, 2015).

O Programa Bolsa Família somente é concedido para as famílias com renda familiar por pessoa de até R\$ 140,00 e a concessão, além de outros fatores, depende de previsão financeira e orçamentária. Enquanto não ocorre a concessão do benefício, as famílias devem manter seus cadastros sempre atualizados (MDS, 2015).

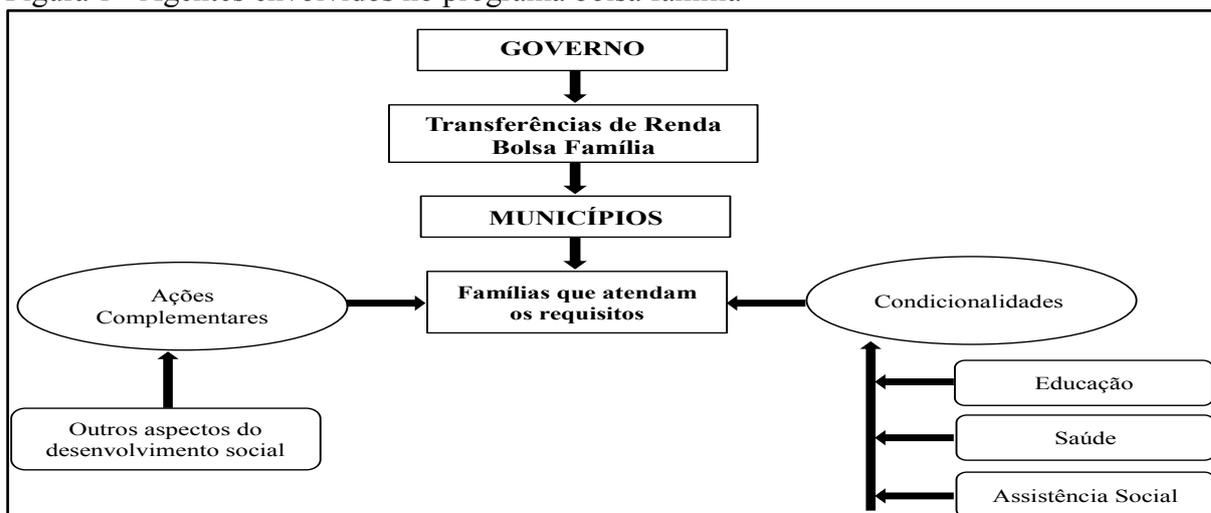
De acordo com Thomé (2013, p.77), as famílias em situação de extrema pobreza recebem um benefício básico de R\$ 70,00, acrescentado o benefício variável de R\$ 32,00 por criança no domicílio e pode chegar a até cinco crianças. Existe ainda um terceiro benefício, vinculado ao adolescente, de R\$ 38,00, que pode atender a até dois jovens. No total, o montante pode chegar aos R\$ 306,00, pouco menos da metade do valor do salário mínimo.

O cadastramento de cada família estará vinculado a um Responsável Familiar – RF, maior de dezesseis anos, preferencialmente mulher. O RF será o responsável pelo recebimento do benefício e cumprimento das condicionalidades de todos os membros da família.

2.2 Eixos e condicionalidades do PBF

Os eixos do PBF estão representados por meio da figura 1, que demonstra os agentes, os procedimentos e condicionalidades para receber o benefício do PBF.

Figura 1 - Agentes envolvidos no programa bolsa família



Fonte: Adaptado de Pinto et al. (2010). O programa bolsa família de 2004 a 2010: efeitos do desenvolvimento regional no Brasil e em suas regiões. Qualit@s Revista Eletrônica. Vol.17. n° 1.

Com o propósito do combate a pobreza, PBF atua dentro de três eixos.

- 1) Transferência de renda para o alívio imediato da pobreza, encarando esta como uma questão de insuficiência de renda;
- 2) Condicionalidades para reforçar a estrutura do programa, devido ao caráter multidimensional, da pobreza;
- 3) Implementação de programas e ações complementares a fim de proporcionar o desenvolvimento das famílias (PINTO, et al;2015).

Os recursos são repassados pelo governo federal as famílias residentes nos municípios, que atendam aos requisitos exigidos para receber o benefício do PBF. Por outro lado as famílias beneficiárias devem atender as exigências (condicionalidades) do programa.

O quadro 1 apresenta as condicionalidades do PBF.

Área de Concentração	Condicionalidades/ Público Alvo	Previsão Legal
Educação	Crianças de 06 a 15 anos de idade devem ter frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os adolescentes de 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75%.	Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Decreto nº 5,209, de 17 de setembro de 2004, e Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.
Saúde	As gestantes e nutrízes devem comparecer às consultas de pré-natal a assistência ao puerpério. Já as crianças menores de 07 anos de idade deverão cumprir o calendário de vacinação e realizar o acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento.	Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004; Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.
Assistência Social	Às crianças e adolescentes de até 15 anos de idade, em risco ou retiradas do trabalho infantil, exige-se a frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.	Portaria MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005; Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.

Fonte: Adaptado de Banco Mundial, MDS (2015).

O não cumprimento das condicionalidades resulta em advertência no primeiro registro de descumprimento e a partir da segunda ocorrência de descumprimento, a família fica sujeita às seguintes sanções:

- Bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro de descumprimento;
- Suspensão do benefício por dois meses a partir do terceiro registro de descumprimento, e, reiteradamente, a partir da ocorrência de novos efeitos no benefício por descumprimento;
- Cancelamento do benefício somente após registro no Sistema de Condicionalidades - SICON de que a família foi inserida em serviço sócio assistencial de acompanhamento familiar do município e, cumulativamente.

2.3 Montante de transferências do PBF por regiões e estados do Brasil

A tabela 1 apresenta os valores dos repasses de valores no PBF em relação ao PIB, dos anos de 2004 até o ano de 2014.

Tabela 1
Repasses de valores ao PBF em relação ao PIB

Ano	Repasses do Bolsa Família	PIB em R\$ correntes	% do PIB
2004	5.533.257.937,91	1.958.705.300.290,00	0,2825%
2005	6.873.978.415,00	2.171.735.600.840,00	0,3165%
2006	8.145.378.044,07	2.409.802.753.950,00	0,3380%
2007	9.222.092.911,00	2.718.031.637.470,00	0,3393%
2008	10.811.168.987,00	3.107.530.777.000,00	0,3479%
2009	12.417.041.638,00	3.328.173.595.670,00	0,3731%
2010	14.366.015.610,00	3.886.835.000.000,00	0,3696%
2011	17.283.104.720,00	4.374.765.000.000,00	0,3951%
2012	20.288.877.787,33	4.713.095.979.500,00	0,4305%
2013	24.890.107.091,00	5.157.568.999.999,99	0,4826%
2014	27.189.725.615,00	5.521.256.074.049,36	0,4925%

Fonte: Adaptado de Pinto et al. (2015). O programa bolsa família de 2004 a 2010: efeitos do desenvolvimento regional no Brasil e em suas regiões. Qualit@s Revista Eletrônica. Vol.17. nº 1.

Denota-se pela tabela 1, que o montante dos valores de repasses do PBF vem aumentando gradativamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. No ano de 2004 os repasses do PBF representavam 0,2825% do PIB, saltando 0,4925% do PIB no ano de 2014.

Thomé (2013), explica que, o programa passou a atender a mais de 50% da população dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Paraíba e Pernambuco e 40% da Bahia, Roraima, Acre, Tocantins, Rio Grande do Norte e Sergipe.

A tabela 2 apresenta o aumento dos valores de recursos repassados ao PBF, por regiões brasileiras do ano de 2012 a 2014.

Tabela 2
Repasses de valores ao PBF por região no Brasil nos anos de 2012 e 2014.

Região	Valor da Transferência			
	Valor de 2012	%	Valor de 2014	%
Norte	2.520.802.220,04	12,42%	5.844.364.215,00	21,49%
Nordeste	10.404.419.244,27	51,28%	12.279.246.898,00	45,16%
Cento Oeste	1.070.765.557,00	5,28%	1.355.369.382,00	4,98%
Sudoeste	4.813.052.557,02	23,72%	5.971.153.744,00	21,96%
Sul	1.479.838.209,00	7,29%	1.739.591.376,00	6,40%
TOTAL	20.288.877.787,33	100,00%	27.189.725.615,00	100,00%

Fonte: Adaptado do Portal de Transparência – Governo Federal (2015)

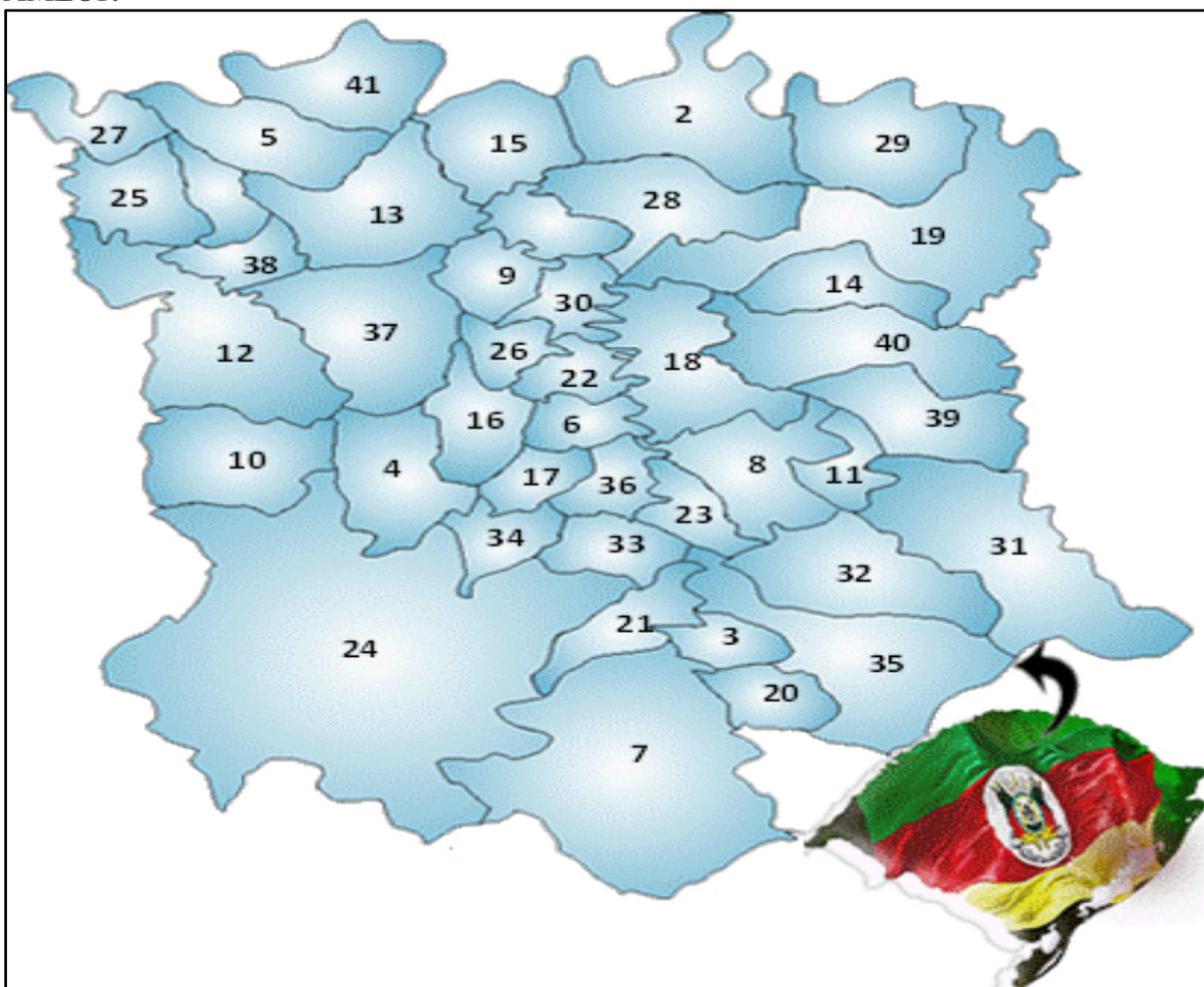
Denota-se por meio da tabela 2, um aumento expressivo do montante de recursos repassados ao PBF na região norte do Brasil do ano de 2012 para o ano de 2014. No ano de

2012 os valores repassados na região norte representavam 12,42% do total das transferências de recursos ao PBF do Brasil, passando para 21,49% no ano de 2014. Nas demais regiões do Brasil se evidenciam reduções nos valores repassados no PBF do ano de 2012 em relação a 2014. A região nordeste é a que recebe a maior fatia de recursos do PBF.

2.4 Municípios que integram a AMZOP

A associação dos municípios da zona da produção (AMZOP) possui sua sede no município de Seberi - RS, tem entre suas finalidades de proporcionar a integração política de seus membros, prestando assistência técnica, respeitada a autonomia de cada municipalidade, além de apresentar as metas fins de organizar ações que busquem elevar os padrões de qualidade de vida e bem estar das comunidades, o planejamento e execução de ações visando incrementar as atividades agrícolas e industriais na região, assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com educação, saúde pública, assistência social, habitação, serviços urbanos, obras públicas, transporte, comunicações, eletrificação, saneamento básico, etc.

Os municípios que integram a AMZOP estão localizados na região norte e noroeste do Estado RS. A figura 2 - apresenta a localização geográfica dos municípios que integram a AMZOP.



Fonte: Adaptado da AMZOP (2015) - <http://www.amzop.com.br/Nossa-Regiao/>

O quadro 2 identifica os municípios da AMZOP, apresentados na figura 2.

1.Ametista do Sul	15.Iraí	29.Rio dos índios
2.Alpestre	16.Jaboticaba	30.Rodeio Bonito
3.Barra Funda	17.Lajeado do Bugre	31.Ronda Alta
4.Boa Vista das Missões	18.Liberato Salzano	32.Rondinha
5.Caiçara	19.Nonoai	33.São José das Missões
6.Cerro Grande	20.Nova Boa Vista	34.São Pedro das Missões
7.Chapada	21.Novo Barreiro	35.Sarandi
8.Constantina	22.Novo Tiradentes	36.Sagrada Família
9.Cristal do Sul	23.Novo Xingu	37.Seberi
10.Dois Irmãos das Missões	24.Palmeira das Missões	38.Taquaruçu do Sul
11.Engenho Velho	25.Palmitinho	39.Três Palmeiras
12.Erval Seco	26.Pinhal	40.Trindade do Sul
13.Frederico Westphalen	27.Pinheirinho do Vale	41.Vicente Dutra
14.Gramado dos Loureiros	28.Planalto	42.Vista Alegre

Fonte: Elaborado pelo autor

3. Metodologia

A pesquisa realizada possui uma abordagem metodológica do tipo quanti-qualitativa. Quanto aos objetivos a pesquisa se classifica como descritiva, pois visa conhecer e descrever sobre a situação dos municípios em relação aos inscritos no CADÚNICO, famílias atendidas no PBF de cada município que integram a AMZOP.

Para Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto aos meios de investigação a pesquisa se caracteriza como levantamento. Para Vergara (1997, p.45), a pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explica-los. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas com os responsáveis do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dos 42 (quarenta e dois) municípios que integram a AMZOP, com perguntas abertas e também por meio de informações disponibilizadas na página (site) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Na página (site) do MDS, foi possível obter os valores desembolsados pelo Governo Federal em relação ao PBF, nº de famílias dependentes do programa de cada Município objeto do estudo, dos Estados e da União etc. Já os dados secundários foram obtidos por meio de bibliografias e legislações que tratam sobre o assunto etc.

Os resultados foram apresentados por meio de tabelas, quadros, com os comentários e conclusões, individuais e de forma consolidada dos 42 (quarenta e dois) municípios. Também foi realizada a comparação dos resultados dos 42 municípios, com os valores percentuais do estado do RS, com os estados de Santa Catarina e Paraná e do Brasil.

4. Apresentação e análise dos resultados

Na sequência apresentam-se os resultados do estudo, por meio das seguintes seções; ranqueamento dos municípios da AMZOP em relação aos inscritos no CADÚNICO, após descreve-se sobre os beneficiários do PBF de todos os Municípios da AMZOP e por fim a relação estatística de famílias beneficiadas pelo PBF em relação ao IDHM.

4.1 Ranqueamento dos municípios da AMZOP no CADÚNICO.

Tabela 3

Relação dos municípios com o número de pessoas cadastradas no CADÚNICO/mês de abril de 2015.

Posição	Municípios	População IBGE/2010	Pessoas Cadastradas CADÚNICO (abr/15)	% da População
1	Cristal do Sul	2826	2.011	71,16%
2	Engenho Velho	1530	1.048	68,50%
3	Gramado dos Loureiros	2269	1.536	67,70%
4	Ametista do Sul	7323	4.768	65,11%
5	Lajeado do Bugre	2487	1.597	64,21%
6	São Pedro das Missões	1886	1.191	63,15%
7	Cerro Grande	2417	1.519	62,85%
8	Dois Irmãos das Missões	2157	1.351	62,63%
9	Jaboticaba	4111	2.541	61,81%
10	Ervail Seco	7878	4.718	59,89%
11	Trindade do Sul	5787	3.457	59,74%
12	Três Palmeiras	4381	2.538	57,93%
13	Nonoai	12076	6.992	57,90%
14	São José das Missões	2720	1.563	57,46%
15	Iraí	8078	4.630	57,32%
16	Pinhal	2515	1.415	56,26%
17	Sagrada Família	2595	1.431	55,14%
18	Planalto	10524	5.771	54,84%
19	Seberi	10902	5.926	54,36%
20	Pinheirinho do Vale	4503	2.384	52,94%
21	Rio dos Índios	3616	1.886	52,16%
22	Liberato Salzano	5780	2.990	51,73%
23	Novo Barreiro	3978	2.056	51,68%
24	Novo Xingu	1757	900	51,22%
25	Boa Vista das Missões	2114	1.070	50,61%
26	Novo Tiradentes	2277	1.132	49,71%
27	Rodeio Bonito	5743	2.756	47,99%
28	Vicente Dutra	5285	2.520	47,68%
29	Palmitinho	6920	3.187	46,05%
30	Ronda Alta	10228	4.629	45,26%
31	Taquaruçu do Sul	2970	1.298	43,70%
32	Palmeira das Missões	34335	14.887	43,36%
33	Vista Alegre	2832	1.185	41,84%
34	Barra Funda	2367	984	41,57%
35	Alpestre	8027	3.163	39,40%
36	Caiçara	5071	1.982	39,08%
37	Constantina	9741	3.367	34,57%
38	Sarandi	21312	6.772	31,78%
39	Chapada	9377	2.801	29,87%
40	Frederico Westphalen	28848	8.522	29,54%
41	Rondinha	5520	1.395	25,27%
42	Nova Boa Vista	1960	312	15,92%
TOTAL		279.023	128.181	45,94%
SANTA CATARINA		6.249.682	1.413.987	22,62%
PARANÁ		10.439.601	3.649.706	34,96%
RIO GRANDE DO SUL		10.695.532	3.152.687	29,48%
BRASIL		190.732.694	81.811.228	42,89%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da pesquisa indicam que, dos 42 (quarenta e dois) municípios que integram a AMZOP, 32 (trinta e dois) apresentam percentual de inscritos no CADÚNICO, para programas sociais do governo, acima da média nacional de 42,89%. O município de Cristal do Sul é o que possui o maior número de inscritos, no CADÚNICO em relação a sua população. Em termos relativos o município de Cristal do Sul possui 71,16% da população inscrita no CADÚNICO.

Já o município de Nova Boa Vista, possui apenas 15,92% de sua população inscrita no CADÚNICO. Os resultados demonstram que no mês de abril, os municípios da região da AMZOP, possuíam 128.181 pessoas inscritas no CADÚNICO, representando 45,94% da população da região, o que está acima da média dos três estados da região Sul e do Brasil. Isso sinaliza que a busca por programas sociais em especial o PBF, decorre primordialmente da falta de alternativas de geração de trabalho e renda e de sinais de gradativo empobrecimento de muitos municípios desta região.

Tabela 4
Pessoas inscritas no CADÚNICO e renda per capita.

	Municípios	População IBGE		Pessoas Cadúnico		Renda de até 77,00		De >77,01 até 154	
		IBGE/2010		Cadastro (04/15)	% População	Pessoas	%	Pessoas	%
1	Lajeado do Bugre	2487		1597	64,21%	1031	41,5%	153	6,2%
2	Cristal do Sul	2826		2011	71,16%	1053	37,3%	269	9,5%
3	Gramado dos Loureiros	2269		1536	67,70%	832	36,7%	212	9,3%
4	Trindade do Sul	5787		3457	59,74%	2100	36,3%	474	8,2%
5	Engenho Velho	1530		1048	68,50%	553	36,1%	110	7,2%
6	São José das Missões	2720		1563	57,46%	934	34,3%	154	5,7%
7	Seberi	10902		5926	54,36%	3693	33,9%	720	6,6%
8	Jaboticaba	4111		2541	61,81%	1327	32,3%	392	9,5%
9	São Pedro das Missões	1886		1191	63,15%	569	30,2%	148	7,8%
10	Palmitinho	6920		3187	46,05%	2055	29,7%	476	6,9%
11	Pinheirinho do Vale	4503		2384	52,94%	1288	28,6%	271	6,0%
12	Novo Tiradentes	2277		1132	49,71%	643	28,2%	70	3,1%
13	Rio dos Índios	3616		1886	52,16%	985	27,2%	356	9,8%
14	Ametista do Sul	7323		4768	65,11%	1991	27,2%	1177	16,1%
15	Iraí	8078		4630	57,32%	2117	26,2%	950	11,8%
16	Cerro Grande	2417		1519	62,85%	631	26,1%	217	9,0%
17	Liberato Salzano	5780		2990	51,73%	1399	24,2%	504	8,7%
18	Sagrada Família	2595		1431	55,14%	597	23,0%	203	7,8%
19	Erval Seco	7878		4718	59,89%	1787	22,7%	948	12,0%
20	Vicente Dutra	5285		2520	47,68%	1179	22,3%	515	9,7%
21	Nonoai	12076		6992	57,90%	2336	19,3%	1639	13,6%
22	Planalto	10524		5771	54,84%	2019	19,2%	1279	12,2%
23	Três Palmeiras	4381		2538	57,93%	801	18,3%	418	9,5%
24	Dois Irmãos das Missões	2157		1351	62,63%	377	17,5%	199	9,2%
25	Rodeio Bonito	5743		2756	47,99%	949	16,5%	277	4,8%
26	Ronda Alta	10228		4629	45,26%	1676	16,4%	894	8,7%
27	Boa Vista das Missões	2114		1070	50,61%	330	15,6%	175	8,3%
28	Caiçara	5071		1982	39,08%	707	13,9%	326	6,4%
29	Palmeira das Missões	34335		14887	43,36%	4530	13,2%	3957	11,5%
30	Sarandi	21312		6772	31,78%	2784	13,1%	1498	7,0%
31	Novo Barreiro	3978		2056	51,68%	486	12,2%	347	8,7%
32	Pinhal	2515		1415	56,26%	255	10,1%	107	4,3%
33	Frederico Westphalen	28848		8522	29,54%	2921	10,1%	2147	7,4%
34	Taquaruçu do Sul	2970		1298	43,70%	281	9,5%	98	3,3%
35	Vista Alegre	2832		1185	41,84%	230	8,1%	190	6,7%
36	Novo Xingu	1757		900	51,22%	128	7,3%	142	8,1%
37	Constantina	9741		3367	34,57%	698	7,2%	763	7,8%
38	Alpestre	8027		3163	39,40%	538	6,7%	477	5,9%
39	Rondinha	5520		1395	25,27%	308	5,6%	214	3,9%
40	Chapada	9377		2801	29,87%	411	4,4%	336	3,6%
41	Nova Boa Vista	1960		312	15,92%	79	4,0%	18	0,9%
42	Barra Funda	2367		984	41,57%	22	0,9%	32	1,4%
TOTAL		279.023		128.181	45,94%	49630	17,79%	23852	8,55%
SANTA CATARINA		6.249.682		1.413.987	22,62%	335183	5,36%	318425	5,10%
PARANA		10.439.601		3.649.706	34,96%	864024	8,28%	850137	8,14%
RIO GRANDE DO SUL		10.695.532		3.152.687	29,48%	1144354	10,70%	696028	6,51%
BRASIL		190.732.694		81.811.228	42,89%	42094162	22,07%	15469472	8,11%

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 4 apresenta o número de pessoas inscritas no CADÚNICO, e as faixas de rendas mensais *per capita*. Os resultados demonstram que 17,79% das pessoas inscritas no CADÚNICO, possuem renda de até R\$77,00 por mês, 8,55% dos inscritos possuem renda de R\$ 77,01 até R\$ 154,00, 11,67% possuem renda de R\$ 154,01 até R\$ 394,00 e 7,94% possuem renda acima de R\$ 394,00 por mês.

O município de Lajeado do Bugre é o que apresenta o maior número de inscritos em termos relativos no CADÚNICO, com renda de até R\$ 77,00, (41,50%), seguido do município de Cristal do Sul (37,30%). Percebe-se pelos resultados que dos 42 (quarenta e dois) municípios que integram a AMZOP, 20 (vinte), apresentam percentual de inscritos no CADÚNICO, com renda de até R\$ 77,00 por mês está acima da média do Brasil de 22,07%.

4.2 Beneficiários do Programa Bolsa Família nos Municípios da AMZOP.

A tabela 5 apresenta a divisão dos estratos de população dos municípios da AMZOP, em escalas, o número de beneficiários do programa Bolsa Família e o coeficiente da população.

Tabela 5
Número de município, população, famílias e beneficiários do PBF e coeficiente de famílias e população.

Municípios	Estratos de população				
	Até 5000 habitantes	De 5001 até 10000	De 10001 até 20000	De 20001 até 50000	
Número de municípios	22	13	4	3	42
População/Habitantes (IBGE; 2010)	60268	90530	43730	84495	279023
Famílias Beneficiárias do PBF	4542	5791	3361	3735	17429
Coeficiente de famílias	7,54%	6,40%	7,69%	4,42%	6,25%
Número de Beneficiários PBF	12645	16068	9087	10787	48587
Coeficiente da população	20,98%	17,75%	20,78%	12,77%	17,41%

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados do IBGE (2010), os 42 (quarenta e dois) municípios que integram a AMZOP, no ano de 2010, apresentam uma população de 279.023 habitantes, destes 1729 famílias com 48.587 beneficiários do PBF.

Ao analisar os estratos da população, denota-se que nos municípios de até 20.000 habitantes o percentual de beneficiários do PBF, é de 17,75% até 20,98% da população. Já nos municípios com mais de 20.000 habitantes o número de beneficiários do PBF reduz para 12,77% da população.

A tabela 6 apresenta o detalhamento dos 42 municípios da AMZOP, com a população IBGE, famílias beneficiadas pelo PBF, nº de pessoas beneficiadas no PBF, valores dos benefícios e benefício médio *per capita*.

Tabela 6

Municípios, população IBGE, famílias beneficiadas pelo PBF, nº de pessoas beneficiadas no PBF, valores dos benefícios e ben

		1	2	3=2/1	4	5
	Municípios	População IBGE/2010	Famílias beneficiadas jul/2015 p/ PBF	% de Famílias beneficiadas	Pessoas beneficiadas pelo PBF (População)	% d benefici
1	Jaboticaba	4111	507	12,33%	1355	
2	Lajeado do Bugre	2487	262	10,53%	778	
3	Engenho Velho	1530	135	8,82%	457	
4	Cristal do Sul	2826	336	11,89%	844	
5	Gramado dos Loureiros	2269	234	10,31%	670	
6	Ametista do Sul	7.323	704	9,61%	2077	
7	Iraí	8078	858	10,62%	2160	
8	Trindade do Sul	5787	559	9,66%	1542	
9	São José das Missões	2720	244	8,97%	722	
10	Rio dos Índios	3616	369	10,20%	946	
11	Cerro Grande	2417	212	8,77%	625	
12	São Pedro das Missões	1886	157	8,32%	462	
13	Sagrada Família	2595	225	8,67%	623	
14	Erval Seco	7878	699	8,87%	1860	
15	Planalto	10524	845	8,03%	2474	
16	Vicente Dutra	5285	414	7,83%	1230	
17	Pinheirinho do Vale	4503	362	8,04%	1021	
18	Seberi	10902	997	9,15%	2456	
19	Palmitinho	6920	496	7,17%	1527	
20	Dois Irmãos das Missões	2157	177	8,21%	467	
21	Novo Tiradentes	2277	177	7,77%	485	
22	Liberato Salzano	5780	400	6,92%	1178	
23	Três Palmeiras	4381	324	7,40%	877	
24	Nonoai	12076	901	7,46%	2333	
25	Novo Barreiro	3978	257	6,46%	741	
26	Ronda Alta	10228	618	6,04%	1824	
27	Boa Vista das Missões	2114	129	6,10%	375	
28	Palmeira das Missões	34335	1.985	5,78%	5656	
29	Pinhal	2515	126	5,01%	351	
30	Rodeio Bonito	5743	276	4,81%	760	
31	Caçara	5071	266	5,25%	670	
32	Vista Alegre	2832	128	4,52%	346	
33	Alpestre	8027	340	4,24%	915	
34	Constantina	9741	396	4,07%	1047	
35	Frederico Westphalen	28848	1.032	3,58%	3073	
36	Sarandi	21312	718	3,37%	2055	
37	Taquaruçu do Sul	2970	93	3,13%	264	
38	Novo Xingu	1757	55	3,13%	145	
39	Rondinha	5520	138	2,50%	418	
40	Chapada	9377	245	2,61%	686	
41	Nova Boa Vista	1960	20	1,02%	55	
42	Barra Funda	2367	13	0,55%	36	
SOMA MUNICÍPIOS		279023	17429	6,25%	48587	1
SANTA CATARINA		6.249.682	133.667	2,14%	402488	
PARANÁ		10.439.601	391.904	3,75%	1169470	
RIO GRANDE DO SUL		10.695.532	416.333	3,89%	1180945	
BRASIL		190.732.694	13.716.766	7,19%	41272519	

Fonte: Dados da pesquisa

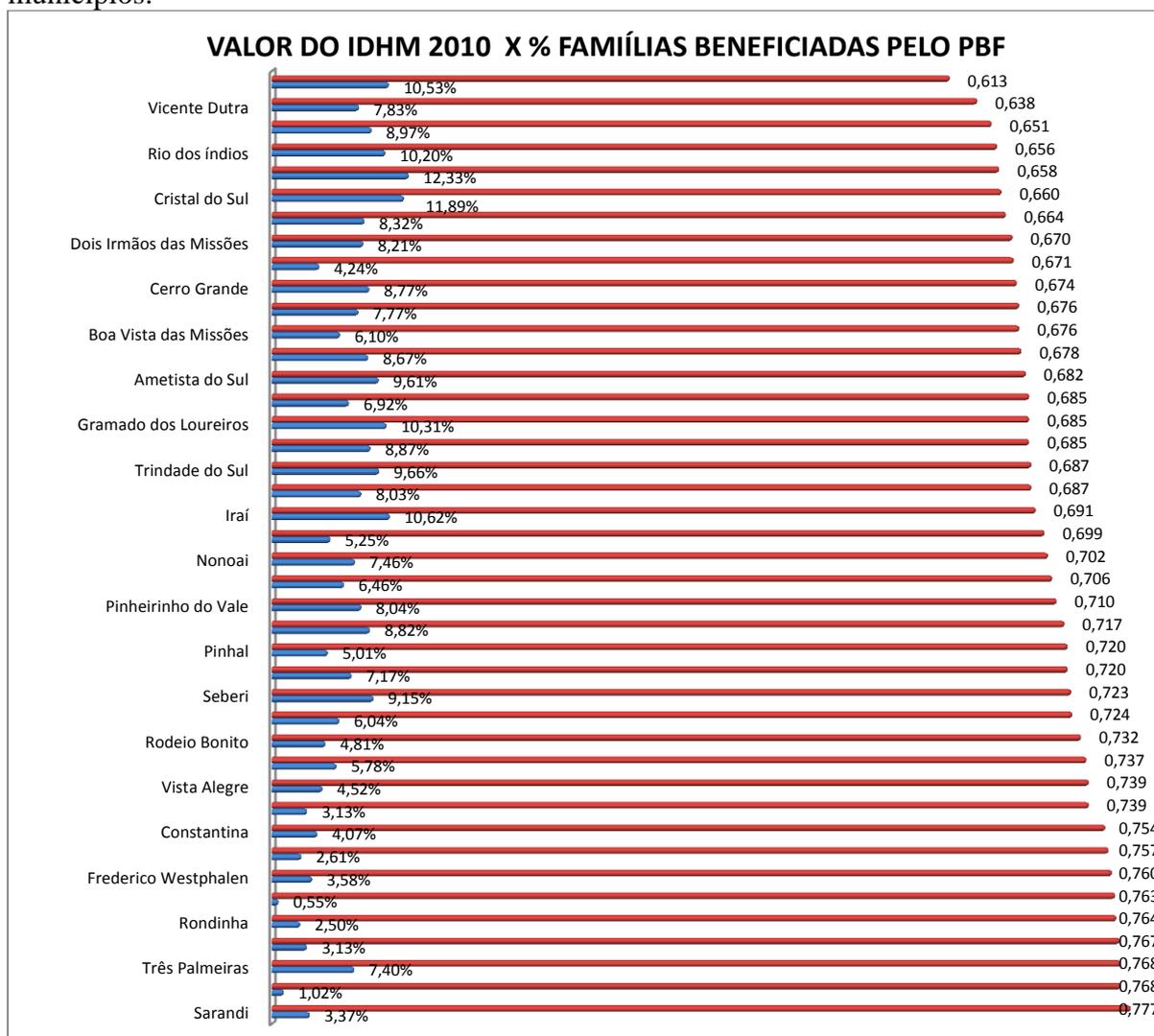
Os resultados demonstram que em termos percentuais o município de Jaboticaba é o que possui o maior número de famílias e habitantes atendidas pelo PBF em relação a sua população. São 507 famílias que, com 1355 pessoas beneficiadas, que representa o percentual de 32,96% da população do município. Por outro lado no município de Barra Funda, no mês de julho de 2015, apenas 13 famílias foram beneficiadas pelo PBF, (36 pessoas), o que representa 1,54% da população do município.

No mês de julho de 2015, o montante desembolsado pelo governo federal no PBF, nos 42 municípios da AMZOP, foi de R\$ R\$ 2.558.143,00 (Dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e quarenta e três reais), o que representa um benefício médio (*per capita*) de R\$ 146,78 (Cento e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos), por família.

Os resultados indicam que 17,41% da população dos municípios da AMZOP, recebe o benefício do PBF, ficando abaixo do percentual médio do Brasil de 21,64%, mas acima dos percentuais apresentados pelos estados do Rio Grande do Sul (11,04%), de Santa Catarina (6,44%) e do Paraná (11,20%).

4.3 Famílias beneficiadas pelo PBF e IDHM dos municípios

A figura 3 apresenta o valor do IDHM com as famílias atendidas pelo PBF nos municípios.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao relacionar estatisticamente o número de famílias atendidas pelo PBF, com o valor do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios, os resultados indicam um coeficiente correlação negativo de (-0,774). Isso demonstra que os municípios que possuem menores valores do IDHM são os que apresentam um número maior de famílias beneficiárias do PBF.

5 Conclusões

O PBF é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com os objetivos de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. De acordo com Santos e Nascimento (2008), o PBF, possui uma representação positiva para as famílias que recebem. Muitas mães relataram que, antes desse programa, não tinham condições de comprar frutas para melhorar a alimentação dos seus filhos.

O presente estudo teve como objetivo, verificar a situação dos municípios que integram a AMZOP, em relação a famílias inscritas no CADÚNICO e famílias beneficiadas pelo PBF, bem como, demonstrar os municípios com maior concentração de famílias em situação de pobreza, beneficiárias do PBF em relação com o IDHM.

Os resultados demonstram que em 32 (trinta e dois) municípios da região da AMZOP, o número de inscritos no CADÚNICO, está acima da média nacional. Ao analisar as faixas de renda *per capita* denota-se que 17,79% dos inscritos no CADÚNICO, possuem renda de até R\$ 77,00 por mês, o que se classifica dentro de uma faixa de renda definida como de pobreza e extrema pobreza (ROCHA, 2013, pp. 27-28).

Em relação ao PBF, os resultados indicam que em 20 (vinte) municípios sua população apresenta dependência no recebimento do PBF, acima da média nacional de 21,64%. Estes municípios apresentam o número de beneficiários do PBF, que varia entre 21,65% a 32,96% de sua população.

O município de Jaboticaba é o que possui o maior número de famílias dependentes no recebimento do PBF. São 1355 pessoas de 507 famílias que são beneficiárias do PBF, por outro lado o município de Barra Funda é o município que possui 13 famílias beneficiárias, contemplando apenas 36 pessoas vinculadas.

Ao proceder à relação entre o número de famílias beneficiadas no PBF de cada município com os índices do IDHM, os resultados indicam uma forte correlação negativa. Isso demonstra que os municípios que possuem maior dependência de famílias nos PBF, são os que possuem menores índices de desenvolvimento humano (IDHM).

A inserção de políticas governamentais, de médio e longo prazo, tendo em vista, a capacitação e o treinamento em atividades técnicas, o estímulo de investimentos nas pequenas propriedades rurais e na criação e capitalização de empresas, a criação e o desenvolvimento de cooperativas de produtores, tendo em vista a comercialização dos produtos no mercado em geral ou para órgãos governamentais são algumas alternativas que possibilitam o incremento de renda e gradativamente a diminuição de beneficiários do programa nos municípios com maior população com dependência.

Por outro lado, as condicionalidades estabelecidas pelo PBF, tornam-se importantes, pois exige frequência mínima dos filhos dos beneficiários nas escolas, o que vem a melhorar os níveis educacionais, também exige o comparecimento das crianças dos beneficiários do programa a cumprirem um calendário de vacinação, as gestantes a realizarem consultas de pré-natal e ao puerpério e também incorrer aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (assistência social). Isso possibilita a frequência mínima dos beneficiários nas

escolas, o que eleva os níveis educacionais e a cumprir com calendários de assistência médica e assistência social.

Além do exposto o programa propicia a transferência de renda para regiões mais pobres do Brasil, tornando possível que as famílias saiam da linha da pobreza e consigam fazer girar a economia dessas regiões. Porém o programa apresenta como principal fator limitante a inexistência de prazos de saída dos beneficiários.

Por fim, novos estudos poderão ser realizados, com o objetivo de conhecer a realidade socioeconômica dos municípios com maior e menor dependência de pessoas no PBF. Um estudo também poder-se-ia verificar os motivos (fatores) que levaram muitas famílias a migrarem do PBF.

6. Referências

BARROS, R. P; CARVALHO, M; FRANCO, S; MENDONÇA, R. (2006). Sobre a queda recente na desigualdade de renda no Brasil. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br/secretariageral/foruns/static/arquivos/Palestra_Paes_de_Barros.pdf. Acesso em : 04 ago. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836>.htm. Acesso em: 01 abr. 2015.

BRASIL. **Decreto N° 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 13 jul. 2015.

Condicionalidades do Bolsa Família. (2015) Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/condicionalidades/beneficiario/condicionalidades>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

CUNHA, R. (2009). Transferência de Renda com condicionalidade: A experiência do Programa Bolsa Família, In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, UNESCO.

Formulário principal de cadastramento – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Cadastro Único para Programas Sociais. Cod 31.442 v005.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMOS, L.T; RIBEIRO.M.V. (2012). As estratégias de manutenção de das famílias durante o período de bloqueio do programa bolsa família devido descumprimento de condicionalidades. Trabalho de conclusão de curso da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. Disponível em: http://www.catolica-es.edu.br/fotos/files/AS%20ESTRATEGIAS_DE_MANUTENCAO_DAS_FAMILIAS_DURANTE_O_PERIODO_DE_BLOQUEIO_DO_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_DEVIDO_DESCUMPRIMENTO_DE_CONDICIONALIDADES.pdf. Acesso em: 04 ago.2015

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Inclusão no Cadastro Único. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Inclusão no Cadastro Único. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/beneficiario/cadunico-inclusao>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

PINTO, N.G.M; CORONEL, D.A;BENDER,R. (2015). O programa bolsa família de 2004 a 2010: efeitos do desenvolvimento regional no Brasil e em suas regiões. *Qualit@s Revista Eletrônica*. Vol.17. nº1.

Portal Transparência Brasil (2015). Disponível em: < <http://transparencia.gov.br/>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

ROCHA, S. (2013) Pobreza no Brasil. A evolução de longo prazo (1970-2011). *Estudos e Pesquisas*, Rio de Janeiro: INAE, n. 492.

SOARES, S. (2006). Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. *Revista Econômica*, v. 8, n. 1, p. 83-115.

_____; SÁTYRO, N.(2006). O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Rio de Janeiro. Ipea. (Texto para Discussão n. 1424)

THOMÉ, D. (2013). O bolsa família e a social-democracia. Acesso em FGV de bolso. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VERGARA, S.C.(1997). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: ed. Atlas.

WEISSHEIMER, M. A. (2006). *Bolsa família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que esta transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 160 p.